



O critério DAIA: uma sugestão para se avaliar a democracia na comunicação^{1*}

Luiz Signates^{**}

Resumo

Este texto busca debater as condições de democracia numa sociedade onde se fazem cada vez mais presentes as tecnologias de comunicação, direcionando a reflexão teórica para a busca de um critério que indique o gradiente de democratização, em face das tecnologias. A partir de Habermas, procura-se fundamentar a idéia de democracia como comunicabilidade e, em seguida, estudar as relações entre democracia e tecnologia. Por fim, propõe-se o critério DAIA, pelo qual se possa avaliar e, caso haja suficiente consistência, orientar as lutas políticas de democratização das comunicações.

Palavras-chaves: Comunicação e democracia; tecnologias de comunicação; metodologia.

Introdução

A velha frase de Churchill, de que a democracia é o pior regime de governo, com exceção de todos os outros, chama a atenção não apenas para o paradoxo que se esconde por detrás do jogo das palavras, mas também para algo de que nem sempre se atenta bem: o da fragilidade desse regime, apesar de o capitalismo contemporâneo aparentar mantê-lo em definitivo. Diante da democracia, coloca-se em questão a permanência e a governabilidade dos sistemas de poder, razão pela qual não deve ser outro o ponto de vista daqueles que se colocam nessa perspectiva, senão considerá-lo o pior dos regimes. Entretanto, as sociedades contemporâneas, altamente interconectadas, tornaram-se complexas demais para serem regidas por um mecanismo que dispense os espaços de legitimidade possibilitados pelas democracias.

O debate sobre as condições de democracia numa sociedade na qual a política é cada vez mais dominada pela mídia é o tema deste artigo. Pretende-se fazer um rápido estudo acerca dos critérios utilizados pela ciência política para verificar o gradiente de democratização das sociedades capitalistas contemporâneas, para, em seguida, introduzir a problemática da comunicação dentro de uma perspectiva que busque estabelecer alguns vínculos sistematizados entre este campo de estudo e o da política. Para isso, recorrer-se-á à busca por uma fundamentação da idéia de democracia como comunicabilidade e ao estudo das relações entre democracia e tecnologia, a partir de Marcuse (1964) e Habermas (1968). Deste caminho, procuraremos extrair alguns referenciais – que, reunidos, temos denominado “critério DAIA” – pelos quais se possa

* Texto submetido ao GT Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 2002, em Salvador-BA.

** Luiz Signates é jornalista e professor adjunto da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, onde coordena as atividades de pesquisa e pós-graduação e o Núcleo de Pesquisas em Comunicação e Política – NPCP/UFG. Coordenador do Curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Cambury – Goiânia. Especialista em Políticas Públicas pela UFG, Mestre em Comunicações pela UnB e Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP.

1 Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



avaliar e, caso tenha consistência para tanto, orientar as lutas políticas de democratização da comunicações.

Dada a natureza ensaística deste artigo, é preciso considerar que sua apresentação solicita atenção metodológica e empírica, para se ratificar ou aperfeiçoar. E é isso o que, neste momento, busca o seu autor, ao apresentá-lo ao juízo dos pares.

1. A questão dos critérios: o gradiente de democratização

Como deixa explícito Norberto Bobbio (1984, p. 17 e seg.), a democracia é produto do individualismo e do liberalismo. Este autor chega ao ponto de identificar dificuldade em separar democracia e sociedade liberal: ambos, quando caem – afirma ele – caem juntos.

Será, contudo, que toda democracia tem que ser liberal? O que de fato se quer dizer com essa vinculação entre democracia e liberalismo? Bobbio vincula liberalismo com liberdade e direitos individuais, enquanto categorias em regime de interdependência. E chama a atenção para aquilo que sustenta a prática democrática: a existência de regras, para cuja formulação – ou modificação – concorre a maior parte dos envolvidos nela ou a ela submetidos. Em outras palavras, tanto quanto à existência da regra, a democracia é garantida pela existência da participação.

Depois da queda do muro de Berlim, com o fim das ditaduras que integravam o que se convencionou chamar – creio que impropriamente – de “socialismo real”, a democracia tem se tornado crescentemente o grande problema das esquerdas. A crise do representacionalismo na política colocou em pauta uma nova forma de definir “direita” e “esquerda”, não mais pela simples referência ideológica, por meio da qual seria possível definir ditaduras de direita e esquerda, e sim pela concretização das práticas, cujos referenciais trabalham diretamente com a questão da democracia, especialmente das formas de democracia direta ou participativa.

Nesse sentido, torna-se relevante saber não apenas **o que é** democracia, mas também e sobretudo, **o quanto se é** democrático, isto é, o **gradiente**¹ de democracia de que é capaz uma sociedade. No caso específico da área de interesse deste trabalho, a questão é conhecer de que forma avaliar o gradiente de democracia ou de democratização no uso das tecnologias de comunicação. Uma questão que ganha relevância específica quando se observa a importância que tais tecnologias adquirem no mundo contemporâneo, tanto pela sua penetração nos interstícios da vida cotidiana, quanto pela abrangência do poder das instituições que se baseiam no uso dessas tecnologias.

Trata-se, nesse caso, teoricamente, de conhecer, dentro da perspectiva da democracia ou dos processos de democratização, a relação entre comunicação e política.

¹ Nesse sentido, difere-se o conceito de **gradiente** do conceito de **grau**, querendo dizer com isso que o primeiro termo refere-se a uma avaliação qualitativa e o segundo se adequa mais a uma medição de caráter quantitativo. No caso da avaliação das condições de democracia, é perfeitamente possível ajustar a avaliação a ambos os termos, já que se pode verificar a democratização também pela quantidade ou pelos percentuais de membros do grupo em análise que efetivamente tomam decisões em nome do grupo. Apesar disso, a preferência neste artigo recai sobre questões de ordem qualitativa, pois pretende-se claramente abstrair o debate democrático dos vínculos quantitativistas, já que as questões relacionadas à democracia, a nosso ver, demandam temas de outra natureza e maior densidade.

¹ Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



2. Comunicação e política: a democracia como comunicabilidade

O problema da relação entre comunicação e política estabelece pelo menos três campos distintos de pesquisa. O primeiro, é o campo da comunicação política ou do uso instrumental da comunicação pela política, configurando aí todo o espectro de estudos do marketing político e da comunicação eleitoral. O segundo campo é o das políticas de comunicação, isto é, do uso instrumental da política pela comunicação, significando com isso as estratégias e táticas de comunicação utilizadas pelas mais diversas instituições, públicas e privadas, inclusive as próprias instituições da mídia, com o objetivo de garantir legitimidade e conexão com os seus públicos de interesse. E, o terceiro campo é o da ética política da comunicação, espaço de debate filosófico por meio do qual se discutem as questões implicadas nas regras éticas da relação entre comunicação e política.

É preciso considerar, contudo, o pano de fundo teórico que abriga tais vertentes de estudo. As duas primeiras abordagens, a da comunicação política e a das políticas de comunicação, correspondem a uma visão weberiana dos processos comunicativos, isto é, são perspectivas que privilegiam o ato comunicativo como um agir orientado a fins, no qual há a figura de um ator (emissor) capaz de calcular instrumentos adequados (meios e mensagens) para atingir os fins a que se propõe (recepção controlada). Se nos deslocarmos de uma abordagem weberiana para uma apreensão habermasiana, identificamos o desafio de inserirmos o processo da comunicação, nessas duas vertentes, como um processo sistêmico de institucionalização². Já a última abordagem, a da ética política da comunicação, desloca o patamar da discussão para a ação comunicativa, em uma linha habermasiana. Demoremo-nos um pouco mais nesta última perspectiva, a fim de compreender melhor o que ela significa.

Com sua obra magna, a Teoria da Ação Comunicativa (1981), o filósofo social alemão Jürgen Habermas efetua uma série significativa de superações teóricas, entre as quais reponta, a partir de nosso interesse específico, o deslocamento do conceito de comunicação para o centro do debate sobre a teoria social. A ação comunicativa seria, nesse caso, um tipo específico de interação social, baseado prioritariamente na linguagem, por meio da qual os agentes respeitariam condições de validade e, por esse caráter formal da interação, distinguir-se-ia a própria racionalidade da interação. Dada a natureza pragmática da análise, teríamos, como afirma Habermas (1988), “uma ética esvaziada de moral”, isto é, dentro da qual é a própria condição da relação que estabelece a racionalidade e não uma norma moral pressuposta.

No âmbito interpretativo da ética política da comunicação, podemos dizer que, para Habermas, a democracia é uma questão de comunicabilidade. Esta formulação pode assumir diferentes formas interpretativas. A partir de Hannah Arendt (1969), podemos afirmar que democrático é o jogo, cuja relação de poder não se constitui em termos de violência e sim na capacidade lingüística dos homens para a mediação dos conflitos. Em Habermas, a democracia na comunicação traduz-se pela existência concreta de

² Uma teorização da comunicação social como sistema, por via de seu modo de institucionalização, é a temática da tese doutoral do autor deste texto (Signates, 2001).

¹ Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



condições de diálogo entre os agentes em interação, que lançam mão dos recursos do mundo da vida para tematizar suas questões e produzir os consensos possíveis. Ambas estas abordagens, evidentemente similares entre si, não alcançam, contudo, os formatos complexos que a comunicação tomou com o desenvolvimento das tecnologias e com o intenso processo de institucionalização sistêmica das comunicações no mundo contemporâneo. Primeiro porque a violência pode assumir formas simbólicas, sem a perda completa dos processos interpretativos, mas também sem manter inteiramente as condições de possibilidade da mediação de conflitos que, na esfera pública grega, na qual Arendt (1958) se fundamentava, fundava o processo democrático. E, segundo, porque, apesar de as tecnologias de comunicação sempre haverem tido possibilidades interativas, a forma como tomam corpo na condição de “meios de comunicação de massa”³ (mais especificamente o rádio e a televisão), a experiência de institucionalização acabou negando, senão inteira, ao menos parcialmente a realização de tais possibilidades.

Dentro, pois, de uma visão de democracia fundamentada naqueles requisitos, seria conclusivo dizer que o desenvolvimento das tecnologias da comunicação e o seu uso sócio-histórico contribuiu para impedir a democratização ou mascarar a sua ausência por meio de formas espectrais, ilusórias ou simulacrais de existência democrática. Teria, pois, prevalecido um modelo no qual a opinião pública se transforma em mera opinião publicada, em que a mídia agenda e estrutura a legitimidade possível, fazendo, assim, fracassar na sociedade o aprofundamento da experiência democrática. A crítica da passagem do público para o social, em Hannah Arendt (1958), por meio da hipertrofia do privado e da conseqüente atrofia do público, encontra na linguagem dominante das instituições de comunicação e suas políticas editoriais e de programação um exemplo acabado de fim da democracia, na decadência gerada pelo reino das aparências e manipulações por elas fundado.

Entretanto, esta forma de interpretação contém um equívoco básico: o de ser vinculada a uma espécie de modelo idealizado – uma certa esfera pública grega –, a partir do qual o critério de avaliação da experiência democrática acaba se engessando, e para cuja formulação estandardizada as enormes transformações ocorridas ao longo do século 20 terminam sendo obscurecidas em sua complexidade. Em outras palavras, ao não encontrar na realidade as condições estabelecidas na teoria, o teórico, ao invés de cogitar a insuficiência da teoria, prefere declarar a extinção ou a decadência da realidade, entrando num círculo de raciocínio muito parecido com o das religiões, quando circunscrevem seus jogos interpretativos a certos mitos de origem e promovem o discurso nostálgico do paraíso perdido.

Por tais razões, sem perdermos as conquistas irrenunciáveis da teoria crítica, temos preferido declarar que, na verdade, tais teorias não conseguem responder às exigências das questões de comunicação social. E cogitamos que o processo democrático deve ser pensado dentro das condições concretas que a experiência histórica nos apresenta, e não nos termos – mesmo que ideais ou, como explica Gomes (1997), com finalidade normativa – de uma sociedade agrária ou burguesa, nas quais os processos de mediação

³ A noção de “meios de comunicação de massa” não é apresentada aqui senão para pontuar uma forma histórica de caracterização, já que, de acordo com os estudos nos quais nos baseamos, não há nessa denominação qualquer fundamento científico consistente (ver Signates, 2001).

¹ Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



tecnológica sequer existiam, na complexidade e com a significação que evidentemente têm hoje. Em outros termos, a hipótese aqui considerada é a de que, com o surgimento das novas tecnologias da comunicação, não há que se pensar em “decadências” e sim em modificações, de certa forma profundas, das condições concretas de possibilidade da vivência democrática nas sociedades capitalistas ocidentais, cabendo ao pensamento teórico se rearticular, a fim de dar conta das novas exigências conceituais que tais transformações representam.

Pensar a relação entre comunicação e política nesses termos implica formular critérios de análise capazes de dar conta, a um só tempo, de exigências políticas, orientadas a alguma teoria de democracia, e às exigências teóricas da comunicação, especificadas pela sua materialidade tecnológica no mundo contemporâneo. Assim, será preciso, primeiro, efetuar o reconhecimento da materialidade específica da comunicação nessa contemporaneidade, para, em seguida, verificarmos as condições de possibilidade de pensar a democracia no contexto dessa materialidade. Para isso, abordar-se-á rapidamente a relação entre democracia (ou poder) e tecnologia.

3. Tecnologia e poder: a busca por critérios processuais de avaliação da

democracia

Entre tecnologia e poder, dois pólos configuram as posições radicais dos modelos teóricos disponíveis. De um lado, o pólo funcionalista, que vai desde o ingênuo, de tipo celebrativo, para o qual as tecnologias alcançam o clímax da democratização, até o instrumental, inspirado por inteiro numa lógica utilitarista, que interpreta que a tecnologia proporciona todos os meios para a concorrência empresarial e a multiplicação da riqueza e das possibilidades de interação frutífera, desde que deixada sua regulação por conta dos jogos de mercado. E, do outro lado, o pólo frankfurtiano-pessimista, que teve em Adorno e Marcuse seus principais pensadores; para o primeiro, encontramos a funcionalidade do conceito de indústria cultural, como fórmula de transpor a questão da mercadoria em Marx para as questões dos produtos simbólicos, e, para o segundo, a forma como a tecnologia é estruturada como ferramenta de poder, penetrando no mundo do trabalho e efetuando a mais completa dominação de que se tem notícia na história. Entre a celebração e o pessimismo, muitos situam a questão da tecnologia em posições intermediárias. Entre estes, talvez possamos incluir teóricos como Pierre Lévy, para quem a tecnologia implica em novas relações sociais. As questões que se colocam dizem especificamente respeito ao que, de fato, a tecnologia faz com as relações sociais e, especificamente, a como é possível ou viável pensar-se a democracia ante a inserção social das técnicas engendradas a partir do conhecimento científico. Entre democracia e tecnologia, portanto, instaura-se uma busca metodológica: a dos critérios de avaliação da democracia numa sociedade invadida e capilarizada pela tecnologia. Entretanto, é necessário compor uma base processual para tais critérios, isto é, nem a tecnologia, nem a democracia, podem ser observadas a partir de uma perspectiva estática.

A discussão das técnicas, na verdade, é muito mais ampla do que é cabível discutir, neste artigo. Implica a análise do próprio fazer humano, naquilo que nele se realiza a racionalidade instrumental. Mas, também, implica a compreensão das artes e das



práticas, enquanto produtos do saber cotidiano, desenvolvido na história e na cultura. Como afirmava Heidegger (1927), a técnica tem um duplo caráter – o de atividade humana e o de instrumento. Para este filósofo, contudo, “a essência da técnica não é técnica”. A técnica produz a dominação, mas também produz a arte. Não é, contudo, a mesma técnica: no primeiro caso, ela é instrumento; no segundo, experiência cultural genuína. Apropriar-se da técnica no sentido da libertação da subjetividade do homem, parece ser o projeto político fundamental, na sociedade tecnológica e comunicacional. A superfície da Terra está quente de técnica; é preciso ajustar o discurso e agir.

Como, contudo, pensar a técnica dentro desse prisma tão amplo? Certamente que, se observarmos as evidências do processo capitalista, não será difícil concluir que as tecnologias são produtos diretos do capital – sobretudo o grande capital – e naturalmente se reproduzem segundo os interesses da reprodução do capital, inclusive na particularidade de que a tecnologia, convertida em automação, por exemplo, substitui o trabalho, em parte significativa do processo de produção. Entretanto, como afirma De Certeau, em suas “Artes de fazer” (1980), uma vez inseridas no cotidiano pelo uso, as técnicas e os produtos tecnológicos se transformam em outras coisas, que não os objetos entre os quais ao sujeito não resta senão reificar-se. Em outras palavras, ao apropriar-se das técnicas ou de seus produtos (as máquinas, os *softwares*, etc.), os instrumentos se transformam – ou tendem a se transformar – em experiência cultural genuína. Ao mesmo tempo, permanece, contudo, como afirma com razão Henri Lefèbvre, o risco sempre presente de cotidianização da vida, isto é, na rotinização das práticas e do pensamento, momento em que a tecnicidade se desdobra em dominação.

A técnica, pois, está inscrita no território intermediário entre a dominação e a emancipação. Ou, como diria Boaventura Santos (1995), entre os dois pilares – o da regulação e o da emancipação. Linguagem do mundo instrumental, a tecnicidade oferece ao homem possibilidades jamais vistas de realização e superação; entretanto, viabiliza também formas insuspeitadas de controle e poder. Eis porque a pesquisa orientada ao conhecimento das possibilidades de sobrevivência da democracia ante o império das técnicas, ou das possibilidades de instrumentalização das próprias técnicas para a consolidação e a ampliação das formas democráticas de vida social, nos parece de importância fundamental.

Tal preocupação se torna ainda maior quando o que se coloca em questão são as técnicas de comunicação. Como já estudamos com minúcia em outros textos (Signates, 2001, p. 276 e seg., e 2002), a tecnicidade é elemento de tal importância no surgimento e na definição das diferentes formas institucionais da comunicação social, que podemos considerar que, permeados pelas peculiaridades e sentidos econômicos, políticos e culturais de cada povo, ao longo da história, é a técnica o elemento definidor da comunicação social, tal como construída no mundo contemporâneo. Como tal, a técnica se apresenta como meio de poder, instância por meio da qual se delimitam formas de linguagem e atuação que caracterizam cada “meio de comunicação” (a expressão “meio”, incapaz de definir hoje o papel político efetivo das organizações de comunicação, é, contudo, inteiramente justa se tecnicamente aplicada), modo pelo qual se institucionalizam de forma sistêmica (como empresas privadas ou organizações estatais) os processos de comunicação que fundamentam toda e qualquer relação social.



Eis porque falar em democratização das comunicações implica diretamente falar na relação entre tecnologia e poder. Para avaliarmos isso, portanto, é preciso formular um critério metodológico. É nesse sentido que elaboramos um critério metodológico, que pretendemos simples e claro, e que apresentamos aos pares, visando interlocução crítica e confronto com as peculiaridades da pesquisa em comunicação – o critério DAIA, por meio do qual, visualizando o meio técnica como o meio que se institucionaliza na formação sistêmica dos processos de comunicação social, procuramos estabelecer as gradações – ou gradiente de avaliação – pelas quais esse ou aquele processo de comunicação pode ser julgado mais ou menos democratizado, conforme o contexto em que se insere.

4. O critério DAIA: uma sugestão para se avaliar a democracia na comunicação

O que aqui denominamos “critério DAIA” corresponde a um conjunto de referenciais progressivos de avaliação das condições em que uma tecnologia qualquer pode ser avaliada em termos de seu uso democrático. Evidentemente, não há nenhuma intenção de resolver nesse instrumento a questão das próprias condições de democracia, ou seja, não configura este critério uma pretensão de teoria ou metodologia social. Tal declaração de despretensão é importante para estabelecer os limites desta proposta, que, neste caso, se orienta simplesmente a oferecer um dispositivo para a pesquisa em comunicação, quando referida ao uso social das tecnologias. Caso seja útil nesse sentido, estará cumprido o objetivo para o qual está sendo neste momento apresentada. Propomos, enfim, que sejam enumerados em quatro, as categorias referenciais para se avaliar o gradiente de democratização do uso de uma tecnologia qualquer:

4.1 Disponibilidade. Indica a existência de conhecimento e experimentação tecnológicas capazes de oferecer, em qualquer nível, a instrumentalidade técnica a que se refere. A evidência da disponibilização pode ser claramente definida, num gradiente qualitativo, que leve em consideração, de forma graduada, os referenciais de (1) conhecimento reconhecido (o que a diferencia da ficção científica, por exemplo), (2) devidamente aplicado (o que a diferencia de elementos da pesquisa básica, por exemplo) e (3) em forma de instrumentais, ferramentas ou aparelhos (o que a diferencia de aplicações não propriamente tecnológicas). Entretanto, tais referenciais, para satisfazerem os critérios definidos neste item, precisam tão somente existirem, em algum nível (ou seja, o fato de uma tecnologia estar disponível apenas nos EUA já, por si, implica disponibilidade, para os termos deste plano de análise). Na verdade, a disponibilização não chega a ser um indicador perfeito de democracia, senão para deixar às claras os conflitos originados da detenção ou do monopólio dos conhecimentos e recursos tecnológicos por certos grupos econômicos ou mesmo países do mundo. Mesmo assim, levada avante, esta questão cedo faz fronteira com o próximo critério, o de acessibilidade.

4.2 Acessibilidade. Indica a condição de possibilidade de utilização da tecnologia referida, em qualquer nível. O gradiente qualitativo de acessibilidade pode e deve examinar os mais diferentes referenciais, inclusive dispendo-os de forma superposta, isto é, considerando mais de um ao mesmo tempo. Assim, podemos avaliar as condições de acesso por critérios econômicos (qual o nível de renda é necessário para acessar a tecnologia?), sociais (idade, região, etc.), culturais (escolaridade, adaptação cultural,



etc.) e outros. Em países de elevada taxa de desigualdade social, como é o caso do Brasil, a discussão sobre a tecnologia disponível de forma democrática está diretamente vinculada à questão do seu acesso às camadas periféricas da população e da economia. Sem dúvida que, por via tecnológica, reproduzem-se, embora de maneira contraditória, as desigualdades sociais e as relações de dominação e opressão. Tanto o critério de disponibilidade, quanto este, de acessibilidade, podem estar referidos a qualquer tecnologia. Na verdade, a avaliação da maioria delas talvez se interrompa neste último, pois ambos de certa forma resumem as exigências compatíveis com uma pragmática instrumental para as condições de democracia em uma sociedade de consumo – na qual basta ao produto que esteja disponível e acessível. Porém, quando nos referimos às tecnologias de comunicação, é preciso considerar que não podemos nos limitar às meras condições de consumo de aparelhos e técnicas: em comunicação, é de relação social que se fala. Eis porque dois outros critérios, de natureza mais sociológica e ética, são exigíveis para a avaliação da democracia.

4.3 Interatividade. Indica a superação das formas monológicas e autoritárias pelas formas dialogais e conflitivas de circulação da informação e de relação social mediada. Não basta haver suportes tecnológicos propícios, para que se realizem as possibilidades de interatividade, já que a dinâmica da interatividade é, em grande sentido, determinada cultural, econômica e politicamente. A radiofonia, por exemplo, sempre possibilitou a interatividade, tendo sido esse o seu início, na forma do radioamador; entretanto, o rádio e a televisão se construíram inteiramente monológicos, devido a razões claramente econômicas e políticas. O estudo deste indicador, portanto, tanto quanto os demais, não deve se restringir às condições tecnológicas, mas avançar sobre os demais sentidos da relação social, até por saber que, ao falarmos de tecnologia de comunicação, é de relação social que se fala. É também possível identificarmos gradações internas, nos referenciais de interatividade, quais sejam a frequência com que os agentes buscam (ou não) interatividade, como também as razões pelas quais a interatividade é igualmente rejeitada (os ambientes virtuais, produzidos pela internet, oferecem grandes oportunidades de estudo dessas condições). Por longa data, os estudos de democracia nas comunicações se restringiram a este referencial, numa reação à condição monológica dos sistemas de rádio e televisão. Aparentemente, bastava à tecnologia que fosse altamente interativa, para que as condições de democracia vigorassem nos ambientes e relações em que ela servisse de mediação. A internet, contudo, chamou a atenção para uma questão de fundo: o campo da ética política. Eis porque sugerimos um último referencial de análise.

4.4 Alteridade. Indica a capacidade manifesta de estabelecimento e manutenção de vínculos ou conflitos pacíficos⁴ com a diferença do outro, dentro da relação estabelecida pelo meio tecnológico. Trata-se, pois, de uma necessidade surgida dentro do processo de interatividade, mas que o especifica qualitativamente. Por ser um conceito de origem filosófica (Buber, Lévinas e outros), sua aplicabilidade empírica em estudos de

⁴ A idéia de “conflito pacífico” parte do pressuposto de que paz não é ausência de conflito, e sim a sua gestão não violenta, o que, em termos habermasianos, implica no deslocamento do conflito para o campo da linguagem, meio onde os sujeitos possam enfrentar suas diferenças e a dos demais em condições de negociação e esclarecimento, mesmo que isso não implique obrigatoriamente o alcance de uma situação de consenso concreto. Ver Signates, 2000.

¹ Trabalho apresentado no NP10 – Núcleo de Pesquisa Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



sociologia da comunicação ainda não se encontra muito bem estabelecida, entretanto, especialmente nos debates de fundo ético, cultural e político, a alteridade manifesta-se como uma exigência cada vez maior, tendo em vista o caráter pluralista e complexo das sociedades contemporâneas. Em outros trabalhos, temos procurado descobrir caminhos para a construção da alteridade como operador metodológico viável na pesquisa empírica (Signates, 1998), assim como temos igualmente buscado delinear as condições gerais do exercício pragmático da ética de alteridade (Signates, 1998a). No primeiro trabalho, trabalhou-se a categoria **rosto**, desenvolvida pelo filósofo Emmanuel Lévinas, adaptada como operador metodológico negativo, destinado a identificar o fenômeno de **negação da especificidade do outro**, o que não representa uma transposição simples de se fazer. Para a visualização empírica desse conceito, como indício de alteridade, faz-se preciso lançar mão de outros conceitos filosóficos, não menos delicados, como o de “abertura”, o de “reconhecimento do rosto” e, sobretudo, estar atento para os fenômenos de “negação” ou o “assassínio” do outro. Para se ter uma idéia do grau de dificuldade dessa empreitada, basta ver que, para Lévinas, o próprio abrigo do conceito é em si mesmo negação: ao conhecer o outro, ele se me escapa, deixando concluir que o que percebo é justamente o que o outro não é. Em outro texto (Signates, 1998a), procuramos redimensionar a idéia de solidariedade, a partir do conceito de alteridade, momento em que definimos alguns operadores metodológicos de traço positivo. São eles: a não indiferença, a aceitação da diferença, o aprendizado com a diferença e a responsabilidade (ou o “amor”, no sentido de “ágape”, assim definido pela filosofia cristã, mas reinterpretado a partir de uma ética pragmática da comunicação) pelo outro na diferença dele. Em síntese, o que importa, neste ponto, é a declaração de insuficiência da interatividade para respaldar as condições de democracia, sendo necessária uma espécie de educação política da intersubjetividade, que a garanta em sua processualidade conflitiva.

5. Conclusão

Este artigo pretendeu refletir a respeito das condições de possibilidade da democracia na relação social tecnologicamente mediada. Sua conclusão básica é a de que a democracia, no âmbito das tecnologias da comunicação, não se define simplesmente dentro das condições do Estado, e nem mesmo como forma de manifestação da vontade política. A presença social de tecnologias de comunicação em uma sociedade qualquer tem implicações políticas e culturais de largo alcance, que não podem ser analisadas como se lhe fossem externas. Tal constatação convoca o teórico à formulação de operadores metodológicos que trabalhem com a idéia da possibilidade de democracia e tecnologia para além das constatações simplistas.

Admitidos os pressupostos deste texto, evidencia-se que o arranjo comunicacional mobilizado pelas tecnologias não deve ser encarado trivialmente. A comunicação deve ser tratada como política pública e, como tal, avaliada em suas características mais ou menos democratizantes. Não se quer dizer com isso que a democracia depende da mídia ou das tecnologias de comunicação, mas é preciso considerar que a democratização dessas tecnologias constitui uma tarefa imprescindível no mundo contemporâneo. O critério DAIA, embora despretensioso em sua abrangência, talvez possa abrir a



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

discussão quanto aos referenciais metodológicos da pesquisa qualitativa no campo da comunicação e política.

Bibliografia

ARENDDT, Hannah (1958) **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ARENDDT, Hannah (1969) **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

BOBBIO, Norberto (1984) **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

DE CERTEAU, Michel (1980) **A invenção do cotidiano: as artes do fazer**. Petrópolis : Vozes, 1994.

GOMES, Wilson (1997) **Esfera pública, política e media: com Habermas, contra Habermas**. São Leopoldo: Compós 97/GT Mídia e Política (paper).

HABERMAS, Jürgen (1981) **The theory of communicative action**. V. I e II. Boston: Beacon Press, 1989.

HABERMAS, Jürgen (1988) **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HEIDEGGER, Martin (1927) **Ser e tempo**, parte I. Petrópolis : Vozes, 1999.

MARCUSE, Herbert (1968) **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

SANTOS, Boaventura de S. (1995) **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo : Cortez, 1996.

SIGNATES, Luiz (1998) **Os espíritos na internet: interatividade e alteridade no jogo das identidades culturais**. Recife-PE: GT *Comunicação e Religiosidade/ XXI Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação – Intercom*, 1998.

SIGNATES, Luiz (1998a) **O conceito de solidariedade**. Internet: Periódico Virtual *Aurora*. <<http://www.alternex.com.br/~solidario/j.html>>

SIGNATES, Luiz (2000) **Comunicação e paz: uma dialética do conflito não violento**. São Paulo: GT Mídia, Cultura e Violência/X Encontro Latino-Americano de Faculdades de Comunicação Social.

SIGNATES, Luiz (2001) **A sombra e o avesso da luz: apropriação crítica da teoria dual de sociedade em Habermas aos estudos contemporâneos de comunicação**. São Paulo: ECA/USP (Tese de doutoramento).

SIGNATES, Luiz (2002) **Institucionalização sistêmica da comunicação: fundamentos para a questão da colonização técnica**. Rio de Janeiro: Compós 2002/GT Epistemologias da Comunicação.